

# MENSAGEM APRESENTADA NA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 20.12.2013

Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Livramento de Nossa Senhora ...  
Senhores vereadores ...  
Senhoras e senhores...

Freqüentemente são apresentadas versões para as causas que levaram à atual situação de escassez de água por que passa o município de Livramento de Nossa Senhora. As opiniões e preocupações são as mais variadas e divergentes possíveis. Cada um com seu ponto de vista, seus argumentos, suas razões.

E essa é uma discussão que precisa ser realmente estabelecida por toda a comunidade livramentense juntamente com os municípios vizinhos de Dom Basílio e Rio de Contas. Discussão de forma ampla, transparente, coletiva. Afinal, a água é um recurso natural indispensável para a sobrevivência do homem e dos demais seres vivos. A carência de água significa um fator limitante para o desenvolvimento econômico e social. No caso específico de Livramento, as conseqüências são particularmente muito danosas, uma vez que grande parcela da economia do município está baseada na agricultura irrigada.

E é na condição de membro da Comissão Gestora dos Açudes Luiz Vieira e Riacho do Paulo, sem pretensão de ser o dono da verdade, mas apenas no intuito de contribuir humildemente para o processo de discussão, que venho a esta Casa tecer algumas considerações sobre a questão da água no município de Livramento. Trata-se apenas de uma simples, uma singela contribuição para o debate. Aliás, o assunto água deve, necessariamente, estar incluso em todos os debates como questão fundamental para o desenvolvimento econômico e social de Livramento. Repito: refiro-me apenas ao município de Livramento.

Aproveito a oportunidade para fazer um esclarecimento sobre a função da Comissão Gestora dos Açudes. O papel principal da Comissão é a gestão colegiada das águas dos dois reservatórios, ressaltando que a implementação de suas decisões depende de referendo do Coordenador Estadual do DNOCS. Simplificando: a comissão decide, o Coordenador concorda, muito bem. A comissão decide, o Coordenador não aprova, nada feito. E mais uma observação: a Comissão não tem poder de polícia. As agressões aos recursos hídricos e ambientais, por exemplo, são levadas ao conhecimento do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) a quem compete tomar as medidas cabíveis para corrigir os desvios e proteger o meio ambiente.

Feito esse esclarecimento, peço aos senhores que me acompanhem de volta aos anos 80 do século passado. A população de Livramento somava 29 mil habitantes. O DNOCS construiu a Barragem Luiz Vieira para garantir o abastecimento de água, nos períodos de estiagem, ao Projeto de Irrigação do Brumado com 5.000 hectares quando totalmente implantado, bem como suprir de água cerca de 200 hectares do sistema de irrigação já existente, os chamados regos. Repito: 5.000 hectares do Perímetro Irrigado e mais 200 hectares irrigados através dos regos.

Com o advento da lavoura da manga no início dos anos 90, houve um crescimento descontrolado das áreas irrigadas fora do Perímetro, nos municípios de Livramento, Dom Basílio e Rio de Contas. As estimativas apontavam para uma área total ocupada com mangueiras superior a 12.000 hectares. Em reunião do antigo Grupo Gestor da Fruticultura, em maio de 2005, ou seja, mais de 08 anos atrás, o alerta foi dado: “a água disponível era insuficiente para a irrigação da área de fruteiras já plantada”. A demanda estava maior que a oferta de água. **Estava claro que estávamos gastando mais água do que a natureza podia repor.** O risco de um colapso na produção era real no caso de uma estiagem mais prolongada.

E a estiagem veio a partir de 2010. A quantidade de água depositada no Açude Riacho do Paulo era reduzida. Tinha que manter a lâmina ecológica para preservar a vida existente no

açude. E a pressão sobre a água armazenada no açude Luiz Vieira foi elevada. Neste momento cabe uma reflexão: nos últimos 30 anos quantas lagoas entupimos? Quantas nascentes matamos? Quanta cobertura vegetal destruímos, tirando a proteção dos rios, riachos e reservatórios de água? Quanta erosão provocamos com a retirada da cobertura vegetal em áreas de encostas, impróprias para o cultivo e deixando as feridas no solo? Quanto esgoto doméstico carregamos diretamente para os rios? Que importância dispensamos ao uso eficiente e a conservação da água até agora?

**Senhores vereadores...**

**Senhoras e senhores...**

Ainda em 2010 a irrigação no Perímetro foi reduzida para 36 horas semanais. Em outubro de 2011 a irrigação foi disponibilizada apenas para 24 horas semanais. O objetivo era “salvar a safra” já comprometida pela insuficiência de água. Em novembro de 2012 a irrigação foi definitivamente suspensa. E aí não conseguimos mais salvar os anéis e ainda perdemos parte dos dedos. Os prejuízos no Perímetro Irrigado levantados pela ADIB até meados de setembro de 2013 somavam 512 hectares de manga com 81.952 plantas mortas, 169 hectares de banana com 150.203 famílias mortas, dentre outras cultivares como pinha, coco, limão, mamão, etc. A lâmina ecológica do açude Riacho do Paulo foi sugada clandestinamente até a última gota, matando toda a vida nele existente. As águas do Luiz Vieira estão direcionadas para o abastecimento humano. Literalmente chegamos ao fundo do poço. Ou ao fundo do açude para ser mais exato.

A propósito, chama à atenção a quantidade de poços abertos no município de Livramento e particularmente na área do Perímetro Irrigado. Quais os critérios técnicos utilizados na alocação desses poços? Foi realizado algum estudo hidrológico? E a qualidade da água para a irrigação? É sabido que as águas subterrâneas podem conter uma quantidade excessiva de sais, provocando a salinização, a desertificação e a perda do solo.

Todos os bens e serviços da economia são provenientes da natureza. Como atividade primária, os efeitos dos prejuízos experimentados pela agricultura repercutem em outras atividades econômicas. Esses efeitos, mais ou menos fortes, podem ser notados no comércio local, por exemplo. O pequeno agricultor, endividado, perde o poder de compra. O trabalhador rural, sem salário, parte para outras regiões em busca de trabalho.

Não restam dúvidas de que estamos diante de um quadro de insustentabilidade. Como a maioria dos municípios situados no semiárido, os recursos hídricos em Livramento são escassos e precisam ser utilizados adequadamente. O nosso desafio é diminuir o desequilíbrio, dando tempo suficiente para a natureza se regenerar. Não estou aqui defendendo a não exploração dos recursos naturais. Apenas defendo que essa exploração se dê de forma sustentável e em benefício de todos.

Com o crescimento da população, a expansão do comércio e dos serviços, não dá mais para continuarmos caminhando nessa direção sem expor a risco cada vez maior o fornecimento de água para irrigação. Precisamos mudar nosso comportamento em relação ao uso da água para evitar desperdícios. Para tanto, tomo a liberdade de elencar algumas ações que, no meu ponto de vista, podem diminuir o desperdício e aumentar a eficiência do uso da água.

Inicialmente preciso falar de mudanças em nosso comportamento em relação ao meio ambiente traduzidas em cinco passos: o primeiro passo é nos conscientizarmos de que na natureza tudo é interligado e interdependente e que também somos parte dessa natureza; o segundo passo é nos conscientizarmos de que não é possível separar o econômico do ambiental. Não existe o econômico sem o ambiental; o terceiro passo é nos conscientizarmos que os recursos naturais são finitos. A água é um recurso natural finito e como tal deve ser cuidada, preservada; o quarto passo é nos conscientizarmos de que a melhor forma de superar impasses, de resolver problemas comuns é a atuação coletiva, é a união de todos em benefício de todos. E todos têm sua parcela de contribuição a oferecer; e, por fim, o quinto passo é a substituição do imediato, da visão do curto prazo pela visão estratégica do longo prazo, da sustentabilidade.

Agora, algumas ações de ordem prática para diminuir o desperdício e melhorar a eficiência dos recursos hídricos:

a) instituição do princípio usuário-pagador como um mecanismo eficiente para uma melhor alocação dos recursos hídricos, fixando tarifas que reflitam o custo econômico real da água. A fixação de preço funciona como um incentivo ao uso eficiente e como uma restrição ao mau uso da água. A exemplo do que acontece no Perímetro Irrigado, a cobrança deve ser estendida a todos os usuários de fora do Perímetro, inclusive aquelas comunidades que recebem água através do sistema DNOCS (24 comunidades no município de Livramento e 10 comunidades no município de Dom Basílio);

b) pressurização do Bloco I para evitar o desperdício de água. A área de 982 hectares irrigada do Bloco I consome quase o dobro da água utilizada no Bloco III com 2.700 hectares (obra a cargo do DNOCS);

c) cadastramento de todos os usuários das águas provenientes do Rio Brumado, das barragens Luiz Vieira e Riacho do Paulo. Essas informações são valiosas para o gerenciamento das águas e dos volumes outorgados;

d) instalação de hidrômetro para medir a quantidade de água entregue a cada lote, a cada usuário. A medição deve contemplar todos aqueles que recebem água do Rio Brumado e das barragens Luiz Vieira e Riacho do Paulo;

e) prolongamento da adutora da barragem de derivação até as válvulas dispersoras da barragem Luiz Vieira com o intuito de buscar a isonomia na distribuição da água (obra a cargo do DNOCS);

f) administração rigorosa dos recursos hídricos pela Comissão das Águas, de forma a inibir privilégios (jeitinho, fisiologismo, clientelismo, patrimonialismo, etc.) e garantir a sustentabilidade do sistema;

g) implantação de sistema simplificado de tratamento e distribuição de água nas comunidades pertencentes ao sistema DNOCS, inclusive com instalação de medidor individual (a cargo dos municípios de Livramento e Dom Basílio e da concessionária do serviço de água);

h) recomposição/preservação da vegetação ciliar no entorno das barragens Luiz Vieira e Riacho do Paulo, margens e nascentes do rio Brumado e seus afluentes. Recuperação de riachos, lagoas, nascentes (programa a cargo do município de Livramento);

i) inibição do direcionamento de esgotos domésticos para os cursos d'água, inibição de construções sem a distância legal dos cursos d'água (não emitir o alvará), fiscalização das construções, fiscalização de empresas que direcionam resíduos tóxicos para os cursos d'água ou diretamente para o solo. Adoção de gestões para a reciclagem do lixo e para a implantação do esgotamento sanitário da cidade (a cargo do município de Livramento);

j) investimentos na modernização do sistema de distribuição de água da cidade com objetivo de evitar os constantes vazamentos, gerando desperdícios (concessionária do serviço de água);

l) Oferecimento, através dos professores e outros profissionais, de orientação e educação ambiental, despertando nas pessoas a preocupação com o meio ambiente, a conscientização para assuntos relacionados à preservação da vida, que depende diretamente da existência e da manutenção da qualidade da água nossa de cada dia. Apenas a título de ilustração, pesquisa realizada em 1992 aponta que quanto mais alto o nível de escolaridade, mais alta é a preocupação com as questões ambientais.

Paralelamente, em caráter de urgência, os irrigantes precisam iniciar um processo de revisão de suas práticas agrícolas, do uso desenfreado de agrotóxicos em suas lavouras. O uso incorreto e excessivo de agroquímicos, além dos graves danos para a saúde humana, danos muitas vezes irreversíveis, polui o meio ambiente atingindo o lençol freático, destruindo a fertilidade do solo e matando a biodiversidade. Também é chegada a hora de repensar a questão da monocultura. A diversificação é uma necessidade para o agricultor familiar.

Para iniciar um processo de mudanças dessa grandeza, de desintoxicação das lavouras, de diversificação de lavouras, de novas práticas agrícolas, os irrigantes precisam estar submetidos a um programa de orientação técnica. E aí se torna necessária a presença do poder

público, pois o irrigante familiar, descapitalizado como se encontra, não tem condições de arcar com os custos. **E ESSAS MUDANÇAS SÃO ABSOLUTAMENTE URGENTES E NECESSÁRIAS.**

**Senhores vereadores...**  
**Senhoras e senhores...**

Não podemos fechar os olhos para a realidade. Muito pelo contrário, devemos estar com os olhos bem abertos para enfrentarmos e nos adaptarmos a novas realidades. Relatório sobre mudanças climáticas publicado no início deste ano pela Agência Espacial americana, a NASA, informava que “as secas provavelmente se tornarão mais severas no sul da África, no noroeste da Austrália, na costa da América Central e no **nordeste brasileiro**”. De acordo com o relatório, as chuvas aumentarão nas regiões onde já chove mais e diminuirão nas regiões onde já chove menos. Em abril deste ano, em palestra no seminário “Os Problemas e as Alternativas de Convivência com a Seca no Semiárido”, realizado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, o coordenador de Planejamento e Gestão Estratégica do DNOCS, José Alberto de Almeida alertou: “... o planejamento regional do Brasil deve levar em conta as mudanças climáticas no semiárido do Nordeste. O fenômeno vai intensificar a gravidade da seca com aumento da evapotranspiração e redução das terras aráveis, que terão conseqüências na insegurança alimentar”.

Há cerca de 15 anos o Perímetro do Brumado encontra-se abandonado pelo DNOCS. Nunca conseguimos viabilizar a conclusão do Bloco I. A Barragem Luiz Vieira e o canal principal de distribuição necessitam de obras de manutenção e substituição de equipamentos obsoletos e em péssimo estado de conservação. Estima-se que o assoreamento da Barragem Luiz Vieira chega a 10.000.000 de m<sup>3</sup>. Faltam recursos para as obras? Tudo indica que não. Com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o DNOCS continua executando obras em diversos estados como o Ceará, Piauí, Maranhão, Minas Gerais. O que falta, então? Tudo indica que falta vontade política, falta interesse político, falta prestígio político, falta força política. E sobra individualismo, sobra o interesse pessoal, sobra a desunião entre nós, livramentenses, dificultando o encaminhamento de soluções em benefício de toda a comunidade de Livramento. Pensem nisso!

Mas não sejamos ingênuos a ponto de esperar mudanças a partir do poder político sem pressão popular, sem sacrifícios. Não existe mudança sem sacrifícios. Teremos que pagar um preço. Mas temos que acreditar na nossa capacidade, enquanto cidadãos, de operar mudanças. É uma questão de atitude. Acho que vale a pena tentar. Fica o alerta.

**Senhor Presidente...**

Agradecendo a Vossa Excelência o espaço que me foi aqui concedido, agradecendo também aos presentes a gentileza de me ouvirem, quero encerrar as minhas palavras lembrando que o uso excessivo do recurso natural rompe o equilíbrio do sistema ambiental e social e quebra o sistema econômico. Morrendo a natureza o ser humano morre junto.

Muito obrigado a todos!...

**(Rosivaldo Romão da Silva)**

